



SAÚDE PÚBLICA: Material foi comprado com dinheiro liberado pelo MEC

Cirurgias no HU dependem de insumos

MAIKEL MARQUES
REPÓRTER

A retomada das cirurgias com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, em Maceió, continua condicionada ao recebimento dos insumos comprados pela diretoria da unidade graças aos R\$ 2,7 milhões enviados esta semana pelo Ministério da Educação (MEC), após intervenção da reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

“As cirurgias continuam suspensas até que recebamos materiais cirúrgicos já encomendados”, assegurou o médico Sebas-

tião Praxedes, atual diretor do HU. “Os atendimentos clínicos e a assistência aos pacientes diagnosticados com câncer também já foram retomados”, explicou o diretor-geral.

As internações de pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foram retomadas anteontem, no mesmo dia da audiência entre a direção do hospital e a procuradora da República Roberta Bomfim, responsável pelo setor de Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF). “Desde sexta-feira que estamos normalizando nossos serviços”, explicou Sebastião Praxedes.

Além de cobrar providências necessárias à ma-

nutenção do hospital, com restabelecimento dos serviços de assistência à saúde prestados, incluindo as cirurgias (são realizadas 300 por mês, em média), a procuradora requereu a remarcação de todos os procedimentos e cirurgias eventualmente cancelados.

A manutenção da triagem do Centro de Oncologia (Cacon) e o fornecimento de certidão indicando os motivos da negativa de atendimento e do eventual cancelamento de cirurgia/procedimentos também foram recomendados pela procuradora.

O diretor do HU disse à **Gazeta de Alagoas** ter aceitado todas as reco-

mendações da Procuradoria da República, ressaltando que algumas das deficiências no atendimento são decorrentes do atraso no repasse de recursos federais. “A parcela do primeiro semestre, de R\$ 1,2 milhão, chegou com atraso; a segunda, no mesmo valor, ainda não foi repassada”, esclareceu.

A direção aguarda a homologação, pelo governo federal, da contratualização de R\$ 1,7 milhão, que será utilizado pela Prefeitura de Maceió para custear serviços médicos indispensáveis à população carente. “É provável que esse valor seja reajustado para R\$ 2,4 milhões”, reforça Sebastião Praxedes. ☺